



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005052-40.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Cesar Alexandre Rosalem**
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor postula o recebimento de valor decorrente de crédito a que faria jus pelo pagamento a maior de fatura decorrente do consumo de energia elétrica.

Extraí-se dos autos que o imóvel em apreço foi locado pelo autor a terceira pessoa, a qual deixou de pagar fatura ao deixá-lo.

O autor por isso quitou o débito, apurando-se depois que o montante despendido seria superior ao realmente devido.

A existência do crédito reclamado pelo autor é indubitosa, tendo sido reconhecida pela ré a fls. 08 e 14.

Por outro lado, a preocupação externada pela ré (no sentido de que seria necessária declaração do titular da unidade consumidora autorizando o autor a receber o valor devido) é até razoável, mas não se justifica no caso específico dos autos.

Isso porque o documento de fl. 06 atesta a realização do pagamento da fatura aqui versada por parte do autor, na condição de proprietário do imóvel, circunstância que por si só o habilita ao recebimento do montante aludido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 87,28, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**